

1 **ATA DA 428ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO**
2 **MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (Ammvi), REALIZADA NO DIA QUATRO DE JUNHO DE DOIS**
3 **MIL E QUATORZE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e quatorze, às quinze horas e trinta minutos, nas
5 dependências do auditório Lino Grützmacher, em Blumenau/SC, realizou-se a quadringentésima vigésima
6 oitava Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi),
7 presidida pelo prefeito de Indaial, senhor Sergio Almir dos Santos e secretariada por mim, Michele Prada.
8 Estiveram presentes prefeitos, vice-prefeitos, técnicos da Ammvi e demais convidados. Declarando aberta
9 a assembleia, o presidente da Ammvi e prefeito de Indaial, senhor Sergio Almir dos Santos, agradeceu a
10 presença de todos e, constatando quórum estatutário, deu início aos trabalhos. Inicialmente, o presidente
11 determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia
12 anterior; 2 - Movimento econômico; 3 - Programa Saúde Fiscal dos Municípios; 4 - Discussão sobre
13 Encontro entre Prefeitos e Ministério Público; 5 - Saneamento básico; 6 - Assuntos gerais. O presidente
14 da Ammvi declarou aberta a assembleia e convidou os membros da Diretoria Executiva para compor a
15 mesa de autoridades. Dando início à ordem do dia, o presidente apresentou o item um, confirmou o
16 recebimento antecipado da ata pelos prefeitos e, não havendo manifestação, o documento foi
17 encaminhado para votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Após, o presidente prosseguiu para o
18 segundo item em pauta, passando a palavra ao economista da Ammvi, senhor Célio Francisco Simão, que
19 entregou aos prefeitos o relatório com dados relativos ao movimento econômico da região e conclusão da
20 apuração dos trabalhos do valor adicionado. Segundo o senhor Célio, é relevante que tais informações
21 sejam levadas a conhecimento dos prefeitos para providências. O economista fez uma leitura do cenário
22 atual e informou aos prefeitos a evolução do crescimento do valor adicionado dos municípios e da região
23 da Ammvi em comparação ao Estado de dois mil e oito a dois mil e treze. Conforme levantamento
24 apresentado, a região do Médio Vale cresceu 18% de dois mil e oito a dois mil e nove, enquanto que o
25 Estado 9%. Em dois mil e dez o crescimento foi de 16% - queda ainda considerada normal - e Santa
26 Catarina cresceu 14%. Já em dois mil e onze houve a queda para 10%, enquanto que o Estado continuava
27 a crescer. No ano de dois mil e treze, o crescimento melhorou para 13% na região do Médio Vale. O
28 economista repassou aos prefeitos o que tem ocasionado esta inversão e definiu como uma das causas a
29 publicação da Portaria SEF nº 233/2012, que define novos parâmetros de cálculo para apuração do valor
30 adicionado dos municípios. Além disso, os prejuízos se acumularam com a publicação do Decreto nº
31 742/2011, alterado pelo Decreto nº 1182/2012, referente ao benefício das deduções dos valores de
32 impostos que são praticados nas operações de transferência. Informou ainda que o problema vem se
33 alastrando a outras atividades como, por exemplo, as agroindústrias, que foram beneficiadas pela
34 necessidade de melhorar as relações entre os portos e os municípios-sede das agroindústrias. O senhor
35 Célio apresentou ainda aos prefeitos o ranking dos municípios do Estado, em que Brusque aumentou uma
36 posição e Indaial duas; Gaspar e Pomerode caíram uma posição; Timbó se manteve. No entanto, todo este
37 cenário é passível de modificação. Dando continuidade, o economista citou uma portaria publicada pelo
38 Estado que normatiza as auditorias e concede algumas funções ao grupo técnico formado pelas
39 associações microrregionais e municípios que acompanha o movimento econômico, porém o acesso a
40 muitas informações é restrito, o que dificulta a análise e devidas correções. O economista explicou ainda
41 sobre a lei federal que cita o valor adicionado como sendo o valor das mercadorias saídas acrescidas de
42 prestação de serviço no seu território deduzidas as mercadorias de entrada em cada ano civil. A lei não
43 fala de deduções e benefícios, o que vem acontecendo em Santa Catarina pelo Governo do Estado através



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

44 de portarias publicadas pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF). O senhor Célio falou ainda que há
45 falhas no sistema da Secretaria, pois este não registra algumas entradas de mercadorias, o que interfere no
46 movimento econômico, além de que o valor das entradas é muitas vezes muito inferior ao das saídas e,
47 em alguns casos, o estoque é menor ao montante vendido. Na ocasião, o economista apontou aos prefeitos
48 alguns exemplos de problemas enfrentados na auditoria do movimento econômico, apresentando
49 informações de empresas e situações reais enfrentadas durante o ano. O economista falou ainda que, no
50 ano passado, a SEF publicou decreto que influenciava no valor adicionado no dia vinte e quatro de
51 dezembro, quando a grande maioria já estava de férias e foi perceber as perdas somente no retorno, em
52 janeiro, favorecendo alguns municípios e impedindo o crescimento em posições no valor adicionado dos
53 demais. O economista informou aos prefeitos que o montante injetado gira em torno de R\$ 1,6 bilhões (1
54 bilhão e seiscentos milhões de reais) de valor adicionado no Estado, considerando somente a parte
55 denominada em questão de campo vinte e um da Declaração do ICMS-SC e Movimento Econômico
56 (Dime). Este valor gera uma perda de R\$ 3,76 milhões (três milhões, setecentos e sessenta mil reais) ao
57 ano para a região da Ammvi. Além disso, foi feita auditoria das Dimes entregues e muitas não ficaram na
58 malha fina para serem auditadas e, se não houver contestações, pode gerar uma perda de R\$ 2,22 milhões
59 (dois milhões, duzentos e vinte mil reais) ao ano para os municípios da Ammvi. Prosseguindo com o
60 assunto, o economista explicou brevemente o caso das empresas de trading, que é uma comercial
61 importadora e exportadora que opera como departamento de comércio exterior terceirizado de empresas,
62 atuando tanto na área comercial quanto na área operacional. O caso está sob judice no Supremo Tribunal
63 de Justiça e a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi) já entrou com ação para buscar
64 solução, pois há o nítido favorecimento de alguns municípios e, por enquanto, deve-se aguardar decisão.
65 O caso das trading está influenciando a cada ano as receitas dos municípios da região e já soma uma cifra
66 de R\$ 3,84 milhões (três milhões, oitocentos e quarenta mil reais) ao ano da parte do montante do ICMS.
67 O economista apresentou aos prefeitos o volume de recursos que os municípios estão deixando de
68 receber. O prefeito de Rio dos Cedros, senhor Fernando Tomaselli, questionou sobre alternativas para
69 tentar solucionar a questão e diminuir as perdas aos municípios, o que, segundo ele, pode acontecer por
70 meio de parceria com o Ministério Público. O economista da Ammvi sugeriu que este caso seja levado ao
71 conhecimento da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) e do secretário de Estado da Casa Civil,
72 senhor Nelson Serpa, para tomarem-se medidas na apuração dos dados que acontecem erroneamente. O
73 prefeito Fernando Tomaselli propôs documento ao governador Raimundo Colombo. O secretário
74 executivo da Ammvi, senhor José Rafael Corrêa, sugeriu que os assuntos devem ser trabalhados
75 separadamente e tomadas iniciativas para cada um deles, pois algumas questões já são pacíficas pelo
76 Estado. No que tange as empresas de trading, pode-se cobrar celeridade na resolução, porém deve-se
77 aguardar decisão da Justiça. No que se refere às compensações, deve-se pedir ação do Estado, pois deve-
78 se favorecer todas as regiões e garantir oportunidade de crescimento equânime. A questão da energia
79 elétrica também deverá ser pleiteada solução ao Estado. O prefeito de Apiúna, senhor Nicanor Morro,
80 sugeriu o envio de um documento ao governador apontando as falhas e recomendando soluções. O
81 prefeito de Pomerode, senhor Rolf Nicolodelli, disse que há várias vertentes a serem analisadas no que se
82 refere ao valor adicionado, tais como: má fé de algumas empresas, erros de digitação proposital, falta de
83 acompanhamento criterioso do Estado na fiscalização, compromissos para estimular o crescimento de
84 algumas regiões em detrimento das demais. O presidente da Ammvi, citando o exemplo da Fecam que
85 ajuizou ação contra o Estado no caso do Pró-Emprego, disse que a entidade deve seguir a mesma linha de
86 atuação, ou seja, buscar solução por meio de diálogo e, não surtindo resultado, acionar a Justiça. O

87 economista falou ainda que o advogado da Ammvi, senhor Alexandre Carvalho Brigido, analisou o
88 conteúdo das Portarias SEF nº 233/2012 e nº 140/2014 e, segundo ele, há artigos que contrariam a lei
89 federal, tornando-s inconstitucionais. O prefeito Tomaselli sugeriu ainda promover ação coordenada com
90 outras Associações de Municípios, pois é evidente que demais regiões também estão com cenário
91 semelhante ao Médio Vale. O secretário executivo da Ammvi também citou a necessidade de se
92 estabelecer prazos para cada ação e, principalmente, ser firme com os prazos dados para o Estado emitir
93 resposta. Neste assunto, ficou deliberado que será agendada uma reunião com o secretário de Estado da
94 Casa Civil para serem apresentados os principais pontos; duas semanas de prazo para levantamento das
95 informações pela Assessoria Econômica da Ammvi; envio de ofício ao Governo do Estado solicitando
96 atenção e solução para quatro itens: a) energia elétrica: a aplicação da Portaria nº 233/12 está ocasionando
97 perdas substanciais em alguns municípios que possuem geração/produção de energia elétrica, tais como
98 Doutor Pedrinho, Benedito Novo e Rio dos Cedros, que deixaram de acrescentar R\$ 12 milhões (doze
99 milhões de reais) no seu valor adicionado; b) Decreto nº 742/2011: este dispositivo criou mais valor
100 adicionado sem suprir o mesmo valor do destinatário, e isso tem afetado diretamente os municípios da
101 região. Perdas severas foram detectadas no exercício anterior e, no próximo, a previsão é que seja ainda
102 maior, chegando ao montante de R\$ 4 milhões (quatro milhões de reais); c) auditoria: frequentemente
103 acontecem erros de auditoria, cujas falhas não são analisadas ou passam despercebidas, ocasionando
104 perdas significativas aos municípios do Médio Vale do Itajaí. Além disso, os representantes das
105 Associações de Municípios não têm acesso integral a todas as informações do movimento econômico
106 estadual, tendo cerceado sua atuação na auditoria dos dados considerados para construção dos índices de
107 retorno do ICMS; d) trading: esta operação comercial tem beneficiado substancialmente a cidade de Itajaí
108 que abarca cerca de 95% das atividades do Estado, representando milhões de reais em perdas frente aos
109 demais duzentos e noventa e quatro municípios catarinenses. No Médio Vale do Itajaí o prejuízo está
110 sendo notório, pois esta forma de agenciamento atinge diretamente a participação no valor adicionado dos
111 municípios em relação ao apurado no Estado. Nos quatorze municípios da região, em dois mil e quatorze
112 o acumulado de perdas ficou em quase R\$ 4 milhões (quatro milhões de reais). Caso os pleitos não sejam
113 atendidos, pode-se entrar com ação na Justiça, mas é necessário primeiramente buscar uma negociação e
114 ampliar o diálogo com o Estado. Dando continuidade à assembleia, passou-se para o terceiro item da
115 pauta - Programa Saúde Fiscal dos Municípios - momento em que o presidente da Ammvi explicou aos
116 prefeitos que o tema se refere ao Termo de Cooperação Técnica firmado entre alguns municípios e o
117 Ministério Público para a prestação de informações relativas às condutas tipificadas na que define crimes
118 contra a ordem tributária, de vinte e sete de dezembro de mil novecentos e noventa. O Termo de
119 Cooperação Técnica tem por objeto a adoção de providências para aperfeiçoar a legislação tributária
120 municipal, no propósito de incentivar a implementação e viabilização de estrutura administrativa fiscal
121 para fiscalização e cobrança dos tributos municipais, bem como a fixação de critérios e normas para a
122 execução de ações conjuntas dos órgãos envolvidos na fiscalização tributária do município, visando ao
123 combate aos crimes contra a ordem tributária no âmbito municipal. O Termo foi assinado anteriormente
124 por alguns municípios da Ammvi, a exemplo de Blumenau, Brusque e Gaspar, e foi firmado por outros
125 municípios durante o Encontro Regional entre Prefeitos e Ministério Público realizado no dia vinte e sete
126 de maio, em Blumenau, como foi o caso de Botuverá e Indaial. Em seguida, o tema foi relatado pelo
127 secretário executivo da Ammvi, que informou aos prefeitos que não é obrigatória a assinatura do Termo.
128 Além disso, alertou aos prefeitos que, antes de assinatura, é necessário observar se o Município terá
129 estrutura para o cumprimento das cláusulas, como também esperar análise da Procuradoria Geral do



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

130 Município, pois haverá mudanças principalmente na organização e repasse de informações, e o Município
131 deverá estar preparado. Conforme o senhor José Rafael, o MP está buscando colher o maior número
132 possível de adesão ao Termo até dia trinta de junho, pois a partir desta data o órgão irá disponibilizar
133 capacitação para os fiscais de tributos e/ou auditores. Logo, é necessário que cada prefeito faça uma
134 análise da situação antes da assinatura do termo, pois a Ammvi não pode avaliar a assinatura, já que a
135 estrutura e capacidade cabe a cada município. Como sugestão, o secretário executivo colocou que aos
136 demais prefeitos que tenham interesse de aderir ao termo, pode-se fazer a assinatura durante uma reunião
137 do Colegiado de Fazenda da Ammvi, chamando as entidades para um único momento. O presidente da
138 Ammvi, que assinou o termo, disse que o MP pede principalmente informações quanto à arrecadação do
139 Imposto sobre Serviço (ISS) e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) dos últimos cinco
140 anos. Esclarecido este tópico, o presidente passou ao quarto assunto em pauta e questionou os prefeitos
141 sobre o Encontro Regional entre Prefeitos e MP que, segundo sua leitura, foi válido. Conforme ele, é
142 importante aguardar a realização dos demais encontros para procederem uma avaliação geral, com olhares
143 de outras regiões e a contribuição da Fecam, a fim de tirar premissas e tomar novos encaminhamentos,
144 como também adotar medidas iguais em todo o estado. O presidente da Ammvi observou que todos os
145 promotores defendem o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como alternativa de cobrar soluções e
146 ações dos prefeitos em áreas que as melhorias são vagarosas ou não acontecem. Na opinião do prefeito
147 Nicanor Morro é necessário que, antes de os prefeitos assinarem TACs, chamem os promotores para um
148 diálogo e apresentem a realidade do município, pois muitas questões podem ser resolvidas antes da
149 assinatura de qualquer termo. Dando prosseguimento, passou-se para o assunto de saneamento básico,
150 relatado pela assessora de Saneamento da Ammvi, senhorita Fabiana de Carvalho Rosa. Em sua fala,
151 convidou os prefeitos a participarem do III Seminário de Extensão: monitoramento dos TACs do
152 Saneamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, a realizar-se no dia dezoito de junho, período matutino,
153 na Universidade Regional de Blumenau (Furb). Segundo ela, este é um importante espaço para dialogar e
154 buscar parceria do MP. A assessora falou ainda da tentativa de reunião da Ammvi com o superintendente
155 da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), senhor Adenor Piovesan, que deve ocorrer ainda no mês de
156 junho. A senhorita Fabiana explicou aos prefeitos sobre o andamento do projeto Vinnova e a participação
157 da Ammvi como entidade interveniente em um projeto em que os suecos são parceiros, cujo objetivo
158 principal é desenvolver um modelo de negócios que se encaixa na colaboração internacional, visando
159 aumentar os projetos de inovação e conduzindo um aumento da atividade de negócios e desenvolvimento
160 local. Segundo ela, isso viria a atender à demanda proposta pela ministra do Meio Ambiente, senhora
161 Izabella Mônica Vieira Teixeira, de gerar negócios na área de recuperação de resíduos. Em longo prazo o
162 objetivo é construir e desenvolver uma parceria público-privada Brasil-Suécia para futuras cooperações
163 de pesquisa, desenvolvimento e inovação no campo de eco-inovação na gestão de resíduos. Dentre os
164 objetivos específicos está o de desenvolver um modelo de negócios para o mercado brasileiro da área de
165 recicláveis e recuperação de resíduos com base no modelo de Borås, que é considerada a cidade mais
166 limpa do mundo. A assessora falou ainda que o projeto propõe desenvolver um centro de pesquisa e
167 inovação que combine educação a todas as idades como incubadora para negócios de gerenciamento de
168 resíduos. Findado este item da pauta, passou-se para assuntos gerais. Neste, o presidente convidou os
169 prefeitos para participarem com ele de uma reunião com o secretário de Estado da Segurança Pública
170 (SSP), senhor César Augusto Grubba, no dia dez de junho, às quatorze horas e trinta minutos, na sede da
171 Secretaria, em Florianópolis, para tratar de segurança pública dos municípios do Médio Vale. Para o
172 presidente, uma das grandes preocupações dos prefeitos é o reduzido número de efetivo e, por isso, é

173 relevante que os prefeitos estejam unidos e participem da reunião para fortalecer a reivindicação. O
174 senhor Sergio Almir sugeriu também que os prefeitos mandem suas reivindicações caso não possam
175 comparecer à reunião, além de que a Ammvi enviará o documento em que consta as reivindicações da
176 região na área de segurança pública, elaborado durante o planejamento estratégico da entidade, no qual
177 cita principalmente o aumento do número de efetivos, frota e equipamentos, como também a construção
178 de quartéis de polícia. Para o presidente é imprescindível mostrar que os prefeitos estão unidos e
179 acompanhando a distribuição dos policiais pelo estado. Confirmaram presença na reunião os prefeitos de
180 Botuverá e Rio dos Cedros. O prefeito Nicanor Morro disse que já tem agendada reunião com o secretário
181 na mesma data, porém para as dezessete horas. Em continuidade, o arquiteto e urbanista da Ammvi
182 senhor Richard Buchinski, passou alguns informes aos prefeitos sobre Defesa Civil. Na ocasião, falou da
183 exposição do coordenador de meteorologia da Epagri/Ciram, senhor Clóvis Levien Corrêa, durante
184 reunião do Colegiado de Defesa Civil, realizada no dia vinte e nove de maio de dois mil e quatorze, na
185 sede da entidade, em Blumenau. Na ocasião, o profissional falou sobre o fenômeno El Niño e proferiu
186 esclarecimentos sobre algumas previsões para este ano, tentando desmistificar alguns boatos já
187 propagados. Segundo os gráficos apresentados, o fenômeno El Niño deste ano estará em processo de
188 configuração nos próximos três meses, assim não influencia significativamente os meses de junho e julho,
189 mantendo a previsão de chuva para o trimestre dentro da média climatológica para a maioria das regiões
190 de Santa Catarina, sobretudo para o Oeste. No entanto, o gráfico aponta que pode ocorrer grande
191 intensidade de chuva de outubro e dezembro, podendo se estender até fevereiro de dois mil e quinze. A
192 temperatura continuará dentro da média climatológica no trimestre, com ondas de frio mais intensas em
193 julho e agosto. Episódios de neve serão esperados para o mês de junho, julho e, sobretudo, para agosto já
194 com influencia do El Niño. Conforme o coordenador, o inverno é a estação do ano que ocorre menos
195 chuva no estado e as ocorrências de temporais com ventania e granizo diminuem. Mesmo assim, eventos
196 extremos podem ocorrer no final do outono e durante o inverno, como em qualquer época do ano, por
197 vezes com acumulados significativos de chuva em curto espaço de tempo que resultam em alagamentos
198 e/ou deslizamentos. O arquiteto da Ammvi explicou que a cada mês é feita nova previsão, podendo mudar
199 o cenário. O El Niño normalmente persiste por nove a doze meses, os impactos poder ser previstos de seis
200 a doze meses de antecedência e o fenômeno pode se repetir a cada dois ou sete anos. As chances do El
201 Niño são de aumentar no decorrer deste ano, com chuva superior a 65% de junho a agosto (inverno) e
202 com um pico de 80% durante o final da primavera e início do verão. Usando a palavra, o prefeito de
203 Botuverá, senhor José Luiz Colombi, disse que participou de evento do Ministério da Integração
204 Nacional, em Florianópolis, em que foram entregues as Cartas Municipais de Suscetibilidade a
205 Movimentos de Massa e Inundações a trinta e sete municípios catarinenses, dentre eles estão Blumenau,
206 Botuverá, Brusque, Gaspar, Rodeio e Timbó. O documento tem por objetivo indicar no território de
207 duzentos e oitenta e seis municípios as áreas mais suscetíveis a processos de deslizamento, enchentes e
208 inundações nos seus mais diferentes níveis. Os dados fornecem importantes informações para a execução
209 de cartas geotécnicas de planejamento do uso e ocupação do solo, bem como a execução de mapeamento
210 de riscos. Como subsídio às cartas geotécnicas, as cartas de suscetibilidade indicam os terrenos
211 impróprios à ocupação dentro dos limites de cada município por estarem em áreas sujeitas ao
212 deslizamento de terra, enxurradas, enchentes e inundações, hierarquizando, ainda, a possibilidade de
213 ocorrência e a intensidade de tais eventos (suscetibilidade muito alta, alta e média). No entanto, o prefeito
214 advertiu que na ocasião não estavam presentes prefeitos e/ou representantes de muitos municípios.
215 Retomando a palavra, o arquiteto da Ammvi disse que foi passado aos membros do Colegiado de Defesa



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

216 Civil um questionário sobre os instrumentos e equipamentos que cada município possui em defesa civil,
217 como também um documento de ajuda mútua, em que um município poderá usar ou ceder equipamento a
218 outro em situações de risco ou calamidade. Além disso, o senhor Richard pediu aos prefeitos que cobrem
219 participação dos técnicos da área nas reuniões do Colegiado de Defesa Civil, geralmente realizadas
220 bimensalmente, para que possam acompanhar as previsões e buscar soluções conjuntas. O secretário
221 executivo da Ammvi citou à época da catástrofe em que, reunidos em assembleia, o prefeito de Brusque,
222 senhor Paulo Roberto Eccel, alertou que o assunto nunca caísse de pauta, pois é uma preocupação
223 constante e, independente do espaço de tempo, a tendência é que os fenômenos climáticos voltem a
224 acontecer. Após, o secretário executivo da Ammvi tomou a palavra avisando aos prefeitos que recebeu
225 ofício da Câmara de Vereadores de Blumenau solicitando levantamento acerca da possibilidade de
226 abertura de feiras e mercados públicos para agricultura familiar em Blumenau e região. O ofício será
227 enviado via correio eletrônico aos prefeitos, solicitando-se resposta o mais breve para que a Ammvi possa
228 emitir retorno ao Legislativo de Blumenau. O senhor José Rafael falou ainda de outro ofício da Câmara
229 de Blumenau que solicita qual o percentual que cada Município da região está investindo nas políticas de
230 proteção da agricultura familiar. O secretário executivo disse que pode haver dificuldades de os
231 Municípios terem o valor separado de investimentos em agricultura familiar e talvez terão que acolher os
232 valores investidos em agricultura, sem detalhamentos. Este ofício também será enviado aos prefeitos e
233 secretários da pasta. Ainda em assuntos gerais, o secretário executivo lembrou os prefeitos que foi
234 contratado um advogado para elaborar estudo sobre resíduos sólidos e alternativas jurídicas de
235 constituição de consórcio ou empresa pública para estruturar a usina de biogás. A apresentação deste
236 estudo será feita na próxima assembleia da Ammvi, no mês de julho. O senhor José Rafael sugeriu dia
237 dez de julho para este evento, em período matutino, para poder-se abordar outros assuntos de grande
238 relevância, ao que os prefeitos concordaram. Foi avisado ainda aos prefeitos que no dia vinte e sete de
239 julho será realizado um evento sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), a fim
240 de auxiliar os municípios na organização e orientação à execução das medidas socioeducativas aplicadas
241 a adolescentes, aos quais é atribuída a prática de ato infracional. A expectativa é que não gere ônus aos
242 municípios. Finalizando assuntos gerais, o presidente falou aos prefeitos que foi procurado pelo 2º
243 Tenente da Polícia Militar de Timbó, senhor Pablo David Henden, para falar sobre instalação das câmeras
244 de segurança que, segundo ele, o primeiro ano de manutenção dos equipamentos é por conta do Estado e,
245 a partir do segundo ano, fica a cargo dos municípios os valores com manutenção. Para exemplificar, o
246 presidente citou os valores de Apiúna (R\$ 2.970,00 para seis câmeras), Indaial (R\$ 3.950,00 para dez
247 câmeras) e Timbó (R\$ 4.300,00 para dez câmeras) com custo mensal de manutenção. O presidente
248 recebeu também a proposta de empresa que faz a manutenção das câmeras, mas, para isso, seria
249 necessária a união dos municípios para diminuir os custos, podendo chegar a R\$ 1.000,00 (um mil reais)
250 por mês. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da Ammvi encerrou a assembleia, agradecendo
251 a presença de todos. E para constar, eu, Michele Prada, lavrei a presente ata que, depois de lida e
252 aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor secretário executivo da Ammvi.

Sergio Almir dos Santos
Presidente da Ammvi
Prefeito de Indaial

José Rafael Corrêa
Secretário Executivo da Ammvi



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

Michele Prada

Assessora de Comunicação Social da Ammvi

253